

# **O PROGRAMA “UMA TERRA E DUAS ÁGUAS” DA ASA, INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE CAMPONESA NO SEMI-ÁRIDO<sup>1</sup>**

Ghislaine Duque, UFCG, Pesquisadora do CNPq

## **Resumo**

As condições históricas de apropriação da terra e do poder no semi-árido, reforçadas pelo assistencialismo, criaram entre os camponeses uma identidade de “assistidos”, retribuindo os “favores” pela lealdade e pelo voto. Mas com o desenvolvimento das atividades da Articulação do Semi-Árido (ASA), inicialmente com o Programa “Um Milhão de Cisternas” e sobretudo com o P1+2, está se criando uma nova identidade coletiva. Hoje os camponeses que estão participando do Programa estão se tornando autônomos e orgulhosos de serem co-criadores de um novo modelo de desenvolvimento oposto ao agronegócio. Contra o paradigma da “luta contra a seca”, concretizada pela construção de grandes reservatórios de água, sua distribuição por carro pipa – gerador de dependência - e seu uso para irrigação – causando danos ao meio ambiente, os agricultores familiares e suas entidades, articulados na ASA, resgatam e divulgam “tecnologias sociais”, referindo-se ao paradigma da “convivência com a seca”. Um novo modelo de desenvolvimento baseado na agroecologia e no protagonismo camponês está sendo construído e uma nova identidade se fortalecendo. O texto expõe o processo metodológico desenvolvido pela ASA e seus resultados.

Palavras-chave: Articulação do Semi-Árido; Protagonismo camponês; Convivência.

## **Introdução**

Não pretendemos trabalhar teoricamente o tema da identidade, mas apenas levantar alguns elementos que indicam mudanças marcantes de atitudes e práticas que, talvez, possam identificar uma nova identidade.

Pois, após percorrermos a literatura antropológica sobre esse tema e constatando sua complexidade (ver, por exemplo, DUARTE in CARDOSO 1986, ou ainda BRANDÃO 1986. OLIVEIRA 1976, POLLAK 1992), avaliamos que a psicologia social talvez fosse mais apropriada para dar conta de nosso objetivo. Mas nossa falta de familiaridade com esse campo nos levou a simplesmente propor a definição que nos servirá de referência. Neste texto, utilizamos o termo de “identidade” para indicar as características de um grupo social que o diferenciam de outro grupo e determinam seus valores e suas atitudes.

Nosso trabalho, portanto, não tem pretensões teóricas imediatas; apenas pretendemos contribuir com o testemunho das transformações – aparentes ou profundas – que observamos,

---

<sup>11</sup> Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

ao longo de trinta anos de pesquisa e acompanhamento de comunidades de agricultores familiares em diversas situações de total dependência ou crescente autonomia.

Queremos, em particular, descrever o processo metodológico praticado pela Articulação no Semi-Árido (ASA) que, a nosso ver, permitiu a emergência do protagonismo camponês, feito de auto-estima e autonomia, que qualificamos – talvez provisoriamente – de nova identidade. Acompanhamos esse processo desde o início dos anos 90, inicialmente na Paraíba onde acompanhamos o nascimento da Articulação do Semi-Árido – ASA/PB – e depois ao nível de todo o Semi-Árido.

Mas antes disso, precisamos descrever rapidamente os desafios que enfrentam os agricultores familiares nessa região, lembrando em particular o processo histórico que os colocou numa situação de grande dependência e os levou a assumir, conscientemente ou não, estratégias de subordinação que contrastam com o atual protagonismo que começa a se manifestar no semi-árido.

### **1. As condições que criaram a subordinação**

O pensamento dominante é que o grande problema da região semi-árida do Brasil, situada quase totalmente no Nordeste<sup>22</sup>, é o fenômeno das secas. De fato, a irregularidade climática é uma circunstância a ser enfrentada, da mesma forma que a neve e o gelo nos países do hemisfério norte. Mas não é o problema. Voltando à comparação com a maior parte dos países do norte, lá também a época de produção agrícola se reduz a uns seis meses por ano. No entanto, no passado, quando ainda não existiam possibilidade de importar verduras e frutas em qualquer estação do ano, o povo daquelas regiões tinha desenvolvido práticas de conservação e armazenamento de legumes e de frutas para os 7 a 8 meses de entressafra. Também era costume plantar verduras em estufas ou mesmo dentro de casa, em canteiros nas janelas da cozinha. Práticas semelhantes sempre existiram no semi-árido, como instalar canteiros nos quintais e molhá-los com águas usadas.

O grande problema do Semi-Árido é muito mais de ordem sócio-política do que climática. A história da colonização, em particular a concentração da terra nas mãos dos “coronéis” que admitiam moradores em . suas terras, dando “proteção” e distribuindo favores em troca de trabalho e de votos, explica em grande parte a cultura da subordinação que parece predominar na região. Mais recentemente, o processo de “desenvolvimento” sempre obedeceu a um modelo que distribui de forma desigual os fatores de produção bem como as riquezas por eles geradas. Essa situação, reforçada por uma política assistencialista, deu origem a

---

<sup>22</sup> O semi-árido se estende pelos nove Estados do Nordeste, do Maranhão à Bahia e Sergipe, e integra ainda o norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

estratégias de subordinação que acabam sendo internalizadas. Por exemplo, não é raro assistir a reuniões de políticos sentados na mesa frente ao público em pé, este escutando em silêncio e batendo palma, mesmo sem concordar; pior ainda, alguém é taxado de “ignorante” – equivalente de mal-educado, grosso – porque expressou uma opinião pessoal discordante. Essas atitudes de subserviência – trate-se ou não de uma identidade – são mais ou menos interiorizadas. Às vezes, trata-se apenas de uma estratégia destinada a manter o bom relacionamento com o “protetor”, atitude que é abandonada quando a proteção se faz desnecessária.<sup>3</sup>

Voltando ao Semi-Árido de hoje, continuam freqüentes as expressões de lealdade a políticos que prometem proteção ou distribuem favores. Essa dependência existe porque a população está realmente numa situação de carência: terra insuficiente para fornecer o alimento e a renda da família, reservatórios de água construídos nos latifúndios ou controlados pelos grandes proprietários, políticas públicas que, até recentemente, só serviam ao agronegócio e até hoje o privilegiam, etc.

No entanto, podemos testemunhar de mudanças profundas nas atitudes e expressões dos agricultores familiares organizados na Articulação do Semi-Árido, processo que observamos na Paraíba desde a criação da ASA/PB em 1993. Trata-se ou não da criação de uma nova identidade? Por enquanto, nossa contribuição será de descrever a história, em particular o processo metodológico, que está permitindo a eclosão do protagonismo camponês. Este se deu a partir da experiência da possibilidade de conviver com a semi-aridez de forma autônoma, levando à descoberta de um modelo de desenvolvimento realmente sustentável, correspondendo exatamente às estratégias tradicionais dos agricultores familiares e oposto ao modelo da “revolução verde” imposto pelo agronegócio.

Convivência com a semi-aridez? Modelo de desenvolvimento sustentável? Modelo oposto àquele da revolução verde e do agronegócio? Essas afirmações merecem uma explicação.

## **2. O conceito de “convivência” e a filosofia subjacente**

O conceito de « convivência com o semi-árido » nasceu em oposição ao conceito de « luta contra as secas ». O foco da transição de um conceito para o outro partiu da constatação – aparentemente óbvia – que as secas fazem parte do clima e, portanto, que não há razão de

---

<sup>3</sup> Na época da construção da Barragem de Sobradinho, nos anos 70, quando se perguntava às famílias que iam ser removidas quais seriam suas opções, não era raro ter a resposta: “*Para onde for o chefe* (o “coronel” que dominava na área), *a gente vai*”. No entanto, quando eram apresentadas alternativas de autonomia, a resposta já era diferente.

« lutar contra o clima » da mesma forma que nos países frios não se luta contra a neve ou o gelo.

Mas a mudança de mote também tem um sentido político : a tradicional luta contra a seca evoca os socorros organizados para acudir as populações « flageladas », proporcionando assistência na forma de distribuição de água por carro pipa e de comida, ou a organização de frentes de trabalho. Essas medidas assistencialistas mantêm a população numa situação de dependência que não condiz com as características da cidadania : autonomia, auto-estima, capacidade de tomar iniciativas e assumir o próprio destino. Se elas são necessárias em casos emergenciais, elas devem ser provisórias, dando lugar a políticas de longo prazo, estruturantes, que permitam a convivência no Semi-Árido, de tal forma que os socorros possam ser definitivamente dispensados.

Propor como objetivo a convivência com o semi-árido e não a luta contra a seca supõe enfrentar os desafios do semi-árido na perspectiva de uma política de longo prazo, baseada no respeito à dignidade das populações antes consideradas como dependentes; agora, elas vão ser chamadas a se mobilizar para assumir de forma organizada e criativa as soluções próprias a enfrentar os desafios do semi-árido. Seu saber tradicional e seus experimentos de manejo da natureza vão ser valorizados e aprimorados, no diálogo com o saber científico, de forma a criar referências a serem aproveitadas pelas políticas públicas.

Resumindo, quem diz « convivência » com o Semi-Árido diz fim do assistencialismo, resgate da dignidade das populações, valorização de seu saber e incentivo a sua autonomia.

### **3. Convivência e sustentabilidade**

Por outro lado, o conceito de « convivência » tem uma estreita relação com o conceito de sustentabilidade, pois a convivência não pode ser provisória. Três vertentes têm que ser consideradas :

- *A sustentabilidade econômica*, proporcionada pela realização de atividades que permitam resultados econômicos suficientes para cobrir as necessidades materiais e culturais de quem as exerce e de sua família, sem que para isso seja necessário que ele sacrifique sua saúde física ou mental, nem que se desfaça de parte de seu patrimônio.
- *A sustentabilidade social*, isto é um ambiente de vida social favorável ao fortalecimento dos laços sociais, à qualidade das relações entre gêneros e gerações, à criação de oportunidades para a população ativa, em particular os

jovens, de forma que o Semi-Árido não se transforme em deserto social. A sustentabilidade social supõe a permanência no Semi-Árido de uma população feliz de viver naquele ambiente, cuidando da biodiversidade e se mantendo com dignidade.

- A *sustentabilidade ambiental*, isto é o manejo cuidadoso da natureza que permita a manutenção das condições de produção a longo prazo. Técnicas de produção “duras”, que provoquem a poluição e a desertificação progressiva dos espaços rurais levam inexoravelmente a desastres ambientais. não há convivência numa lógica de destruição progressiva das forças da natureza.

Para que a convivência com o Semi-Árido seja sustentável do ponto de vista econômico, as tecnologias propostas têm que ser de baixo custo e de replicação fácil pelas famílias agricultoras da região. Para que seja sustentável do ponto de vista ambiental, essas tecnologias devem ser respeitosas do meio ambiente. Finalmente, para que haja convivência socialmente sustentável, essas mesmas tecnologias devem ser frutos de um processo pedagógico e político que aproveite o saber das famílias produtores e dialogue com elas, lhes permitindo se apropriar das mesmas e difundi-las de forma autônoma, dispensando aos poucos a presença de mediadores.

#### **4. Os diversos modelos de agricultura e o paradigma da convivência:**

Ao longo da história da humanidade, os agricultores e agricultoras desenvolveram estratégias de sobrevivência baseadas no uso sustentável das diversas espécies vegetais e animais: produção, criação, seleção, armazenamento, etc. São essas experiências e estratégias que melhor respondem aos desafios da convivência com o Semi-Árido.

Ora, a agricultura familiar constitui um setor de atividades particularmente apto a assegurar o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido, e portanto as condições da convivência com ele.

A lógica do agricultor familiar – essencialmente uma lógica camponesa – explica essa característica. O camponês considera sua terra não como um capital a ser explorado, mas como um patrimônio a ser repassado a seus filhos. Essa visão incentiva um manejo cuidadoso, até carinhoso, da terra. Além do mais, sua atividade produtiva tem como primeiro objetivo o auto-consumo, sendo comercializados apenas os excedentes da produção, o que leva o produtor a práticas de policultura e consórcios. Com efeito a policultura responde a diversas necessidades de consumo, como também constitui uma medida de cautela frente às oscilações do mercado. Os consórcios permitem um aproveitamento melhor de propriedades geralmente

com pouca área. Esse conjunto diversificado, além de ser menos favorável à difusão de pragas, permite um aproveitamento judicioso de todos os recursos : por exemplo, o restolho das culturas serve para alimentação do rebanho, enquanto o esterco serve de adubo para as culturas. Finalmente, por ser a mão de obra constituída principalmente por membros da família, o responsável se preocupa com suas condições de trabalho.

Em oposição, os empreendimentos capitalistas visam a renda e o aumento da produtividade. Privilegiam a monocultura, obedecendo às receitas da dita revolução verde. Utilizam insumos químicos que poluem as águas e o ambiente em geral, um maquinário pesado que compacta os solos. A mão de obra constitui um fator de produção e a mais-valia entra no cálculo da renda. Se há sustentabilidade econômica (e somente a curto prazo, vistas as condições de degradação rápida do ambiente), não existe sustentabilidade social nem ambiental.

## **5. A Articulação no Semi-Árido brasileiro (ASA) e sua proposta**

A entidade envolvida há mais tempo com a divulgação do próprio conceito de convivência e a experimentação e difusão de tecnologias apropriadas nesse sentido é certamente a Articulação no Semi-Árido brasileiro – ASA. Esta é uma rede formada por cerca de 750 entidades da sociedade civil – sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias, cooperativas, igrejas católica e evangélicas, ONG's, entre outras - que trabalham na promoção e implementação de políticas públicas adequadas à região, através de uma proposta de convivência com o Semi-Árido. Esta é centrada na valorização da agricultura familiar, no resgate e divulgação de seu saber tradicional expresso em tecnologias simples e eficientes, eventualmente aperfeiçoadas em diálogo com o saber técnico, e sobretudo num processo metodológico de formação baseado em trocas horizontais que favorecem o empoderamento camponês.

As tecnologias experimentadas e divulgadas pela ASA dizem respeito a diversas formas de captação e manejo da água de chuva para consumo humano e animal, e produção de alimentos (O melhor exemplo é a cisterna rural, ou ainda a barragem subterrânea); as experiências de conservação de sementes e produção de alimentos (como os bancos de sementes, a agricultura agroflorestal e a divulgação da agroecologia) e finalmente a produção e o armazenamento de forragem para a criação animal.

O que faz a diferença no caso da ASA é que, graças a uma ampla articulação, estas tecnologias e outras são difundidas em todo o Semi-Árido brasileiro, obedecendo a um

processo pedagógico que transforma os(as) produtores(as) em experimentadores(as) e divulgadores(as), despertando sua autonomia e auto-estima, suscitando sua iniciativa, libertando as famílias camponesas da velha dependência do assistencialismo, ou seja, criando as condições da sustentabilidade do processo de criação, experimentação e replicação de tecnologias. Sem esses elementos de tomada em conta do processo pelas próprias populações do Semi-Árido, inclusive passando de geração para geração, não há convivência porque o processo permanece frágil, dependendo da presença permanente de mediadores.

Esses processos repousam em primeiro lugar na convicção que as famílias de produtores rurais são depositárias de um saber que precisa ser resgatado, que são capazes de iniciativas que merecem ser suscitadas. Essas iniciativas e experiência interessantes são às vezes isoladas; elas precisam se encontrar e se difundir. Na velha perspectiva da luta contra a seca: *“O que era a ausência do Estado enquanto provedor de políticas públicas, passou a ser a incapacidade de seu povo de inovar e criar alternativas de conviver com as condições de semi-aridez da região”* (ASA, 2007, p. 4). É essa mentalidade que é preciso abandonar.

Os instrumentos pedagógicos para isso consistem em incentivar os processos participativos de troca de experiências e construção coletiva do conhecimento, através da promoção de intercâmbios, sistematização de experiências exitosas de convivência com o Semi-Árido e encontros a todos os níveis.

Nas visitas de intercâmbio, os agricultores e as agricultoras visitam experiências em propriedades da mesma comunidade, ou em municípios ou estados vizinhos. Essas visitas valorizam a troca de saberes, de forma horizontal, suscitando a auto-estima das famílias visitadas e a criação de laços de amizade e solidariedade entre as comunidades. Quem participou de uma visita de intercâmbio volta para casa sabendo o que pretende implantar na sua propriedade. Trata-se de seu próprio planejamento, não de um “pacote” imposto de fora.

As experiências visitadas são sistematizadas no formato de boletins. Estes contam a história de vida das famílias e como seu conhecimento contribuiu para a melhoria da produção e para a qualidade de vida. As sistematizações são um importante instrumento pedagógico de construção coletiva do saber e de irradiação de experiências bem sucedidas. As famílias visitadas nos intercâmbios são orgulhosas de distribuir os boletins que contam suas experiências.

Os encontros municipais, microrregionais, estaduais e nacionais (o Enconasa) favorecem uma ampla troca de informações e conhecimentos e despertam a consciência da força constituída pela união entre todos e todas. Temas de interesse nacional são discutidos, como a questão dos transgênicos, da preservação da biodiversidade (em particular das sementes nativas), da poluição pelos agrotóxicos, ou ainda a transposição do São Francisco e o avanço do agronegócio (questão sensível para os agricultores que se ressentem da superfície insuficiente de sua própria terra).

Esses debates, além de fornecer informações, criam a base de uma ação coletiva capaz de suscitar ações exitosas, como idealizar propostas de políticas públicas e conseguir parcerias.

A grande ambição da ASA é precisamente conseguir inscrever nas políticas públicas o novo modelo de desenvolvimento para o Semi-Árido que as famílias agricultoras estão experimentando e divulgando. Com o apoio de parceiros governamentais e privados, nacionais e internacionais, a ASA lançou o *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – PIMC*. Até outubro de 2.007 já tinham sido construídas mais de 220.000 cisternas rurais que garantem ao mesmo número de famílias (ou seja, em torno de um milhão de pessoas) saúde e qualidade de vida, descentralizando a oferta de água que, quando centralizada em açudes e distribuída por carro-pipa, alimentava a dependência.

O passo seguinte é hoje o *P1+2 – Uma Terra e duas Águas*, cujo objetivo é contribuir para a segurança alimentar e geração de renda das famílias pelo acesso à terra e pela implementação de tecnologias sociais de manejo sustentável da terra e da água. Junto com o PIMC, o P1+2 consolida o projeto de construir um modelo de desenvolvimento que se contraponha ao modelo dominante e que integre as milhares de famílias agricultoras aos processos de desenvolvimento de forma sustentável.

## **Conclusão**

Como podemos visualizar a nova “identidade” criada por esse processo? Constatamos o protagonismo camponês se afirmando, pelo menos nas regiões onde a ASA desenvolve, há mais tempo, suas ações de forma contínua. As reuniões se tornam espaços de debates extremamente animados. Cada um quer falar, dar exemplos para justificar sua opinião, discorda sem problema da opinião de uma liderança, mal disfarça sua vontade de se apoderar do microfone. Sempre aparece alguém propondo uma poesia, criada na hora, para comentar os debates. Nas “feiras de experiências”, os participantes expõem com orgulho inovações criativas ou resultados surpreendentes: um jerimum particularmente grande, uma geléia feita de flores de cacto, a foto de um sistema de “aguacão” astucioso, etc. Grupos se organizam para manifestar, por exemplo, a favor do reconhecimento das sementes nativas. Os produtores têm seus representantes em diversas comissões municipais. Lá onde funciona o sistema de Fundos Rotativos Solidários, a comunidade assume sua gestão e propõe soluções criativas quando um membro tem problemas financeiros que o impedem de dar sua contribuição: uma rifa, um animal emprestado ao devedor e que o mesmo criará e devolverá após pagar sua dívida vendendo o filhote, etc.

É evidente que os resultados são desiguais. Não se apaga séculos de dominação em alguns anos. Mas são suficientes para demonstrar o potencial de promoção de uma nova “identidade” incentivando a auto-estima e permitindo a autonomia.

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

ASA. Documentos diversos.

BRANDÃO C. R. Identidade, etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DUARTE L. F. D., 1986. *Classificação e valor na reflexão sobre identidade social*. In CARDOSO R. A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA R. C., 1976. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

POLLAK M. 1992. *Memória e identidade social*. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 5, n. 10, p. 200-212 (acesso in abril de 2008: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>)